PROJETO DE LEI Nº , DE 2015

(Do Sr. SÓSTENES CAVALCANTE)

Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que “Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências”, a fim de permitir a movimentação da conta vinculada do trabalhador para uso pessoal, cujos valores utilizados serão restituídos por meio de desconto em folha de salários.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 20.....

.....
XVIII – para uso pessoal, permitida a utilização máxima de oitenta por cento do saldo existente e disponível na data em que exercer a opção, nos termos do regulamento.

.....
§ 22. O valor utilizado, previsto no inciso XVIII deste artigo, será restituído à conta vinculada, por meio de desconto em folha de salários do trabalhador, que não poderá ultrapassar a trinta por cento de sua remuneração mensal, nos termos do regulamento.

§ 23. O empregador depositará o valor deduzido na folha de salários do empregado de que trata o § 22, no prazo e na forma estabelecidos no art. 15 desta Lei.

§ 24. Os encargos sobre empréstimo pessoal de que trata o inciso XVIII serão equivalentes aos aplicados na remuneração das contas vinculadas. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Dados de 2013, da Caixa Econômica Federal, Agente Operador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, dão conta do gigantismo econômico desse Fundo, que conta com ativos de R\$ 365 bilhões e patrimônio líquido de R\$ 64 bilhões.

É uma quantidade imensurável de recursos que é utilizada para os mais variados fins, e que de fato atende a toda a população brasileira, como moradia popular, saneamento básico e infraestrutura. A esses títulos, em 2013, foram aplicados R\$ 48,3 bilhões em 3.965 municípios brasileiros.

Porém o trabalhador, individualmente, que é quem realmente contribui para a acumulação de todo o seu patrimônio, com os valores depositados em suas contas vinculadas a título de indenização por tempo de serviço, sofre inúmeras restrições para usufruir desses recursos.

Nesse sentido, sugerimos com a presente proposta que o trabalhador possa se utilizar desses recursos na forma de empréstimo, cujo pagamento será feito por meio de descontos em sua folha de salários. Ou seja, diferentemente de outras propostas legislativas, não haverá tão somente o saque de seus depósitos na conta vinculada, o que poderia comprometer a acumulação dos recursos e a sua aplicação em obras de grande interesse da população.

No texto do projeto não utilizamos os termos *empréstimo* e *pagamento* porque os valores utilizados já pertencem ao trabalhador, apesar de sua utilização estar condicionada a uma das hipóteses previstas no art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990. Tem-se, assim, no projeto, uma sistemática diversa das outras situações em que se permite legalmente o empréstimo consignado.

Entendemos que a nossa proposta, se aprovada, muito irá beneficiar os trabalhadores que necessitam de recursos imediatos cujas ofertas existentes no mercado, como empréstimos, lhes são bastante dispendiosas.

Ante o exposto, pedimos o apoio dos Ilustres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em de de 2015.

Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE**